

SALÃO DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
XXIX SIC

UFRGS
PROPESQ



múltipla 
UNIVERSIDADE
inovadora  inspiradora

Evento	Salão UFRGS 2017: SIC - XXIX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2017
Local	Campus do Vale
Título	Os aspectos da prática jurídica brasileira: as Revistas dos Tribunais brasileiras do início do séc. XX como acervo de exposições e debates dentro do Direito brasileiro
Autor	FELIPE GOBATTO SCHEIBLER
Orientador	ALFREDO DE JESUS DAL MOLIN FLORES

TÍTULO: Os aspectos da prática jurídica brasileira: as Revistas dos Tribunais brasileiras do início do séc. XX como acervo de exposições e debates dentro do Direito brasileiro

AUTOR: Felipe Gobatto Scheibler

ORIENTADOR: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este trabalho se situa como continuação da linha de pesquisa Os Desafios da Metodologia Jurídica na Pós-Modernidade, que busca analisar o Direito como ciência dando ênfase ao estudo interdisciplinar, à análise dos fenômenos sociais como elementos ordenadores da coletividade e à averiguação da influência da realidade fática e cultural no Direito. Neste trabalho em específico, objetivou-se estudar o papel das revistas jurídicas como meio de propagação doutrinária no início do século XX, fase em que se passaram eventos que impactariam profundamente o Direito e sua forma de compreensão, tais como a promulgação do primeiro Código Civil brasileiro – que, além de estabelecer-se como um marco para o desenvolvimento jurídico nacional, perduraria ao longo de quase um século – e o fim da Primeira República, com o estabelecimento de um governo provisório que preencheu um vácuo constitucional de quatro anos e que ditaria a vida política das décadas seguintes ao inaugurar a chamada “Era Vargas”.

Tomou-se por foco metodológico a análise textual de diversas edições da Revista dos Tribunais para a posterior digitalização e catalogação de partes essenciais ao tema aqui discutido, devido à grande circulação e influência deste periódico, desde sua concepção em 1912 até o ano de 1934, atentando-se para como suas publicações refletem o desenvolvimento do pensamento jurídico que precederia as grandes mudanças institucionais da época e as reações subsequentes.

Puderam-se observar, então, detalhes do extenso fundo de debates que se dá antes da concretização de mudanças institucionais. Disto também parte a conclusão acerca da necessidade da interligação da doutrina e da prática jurídica, com a primeira desempenhando o papel de manter esta última aberta a novas perspectivas e, assim, regenerar-se a partir da criação de novos mecanismos de resolução dos problemas concretos sobre os quais ela se debruça.

Percebe-se, também, através do grande número de citações a autores da área da medicina legal, um princípio do reconhecimento da relevância da interdisciplinaridade na prática jurídica, uma vez que esta almeja regular aspectos tão diversos da vida social que se torna indispensável o papel auxiliar de outras áreas do conhecimento para obter a máxima eficácia e adequação ao caso concreto.

As publicações demonstram-se, também, como valoroso material para o estudo do Direito histórico comparado, graças à inclusão de comentários à legislação e jurisprudência estrangeiras publicadas na forma de artigos e colunas, e não limitando-se ao estudo dos países do tradicional conjunto formado pela Europa ocidental e os Estados Unidos da América, mas também países como a União Soviética e a Turquia.

Assim, evidencia-se a riqueza de conteúdo destas fontes, hoje pouco exploradas, até mesmo pela dificuldade de acesso às mesmas, de forma que a digitalização e catalogação destes textos, não realizada até o presente momento, seria de grande utilidade para o desenvolvimento do estudo da história jurídica brasileira.